

Industrialistas, com os comerciantes, porque não é admissível que essas classes, mais diretamente comprometidas pela estrutura de ferro Passa Fundo a Cal, não sintam a responsabilidade resultante do seu silêncio sobre o assunto em que estão deixando ficar essa obra. Se as classes produtoras do Rio Grande do Sul unisonantemente pressionassem o Governo Federal e esta Casa, quero crer, que o próprio Exército Nacional, em sucessivos trabalhos apresentados na imprensa de Porto Alegre pelo Sr. Delmo Alves, comandante do III Exército, está empenhadíssimo em que essa estrada não fique atrasada, para desonra e vergonha da engenharia nacional, pois esta está sendo construída meta a meta pelo Exército metade por firmas nacionais que têm grandes investimentos de máquinas, mas não podem usá-las por falta de verbas suficientes para a terminação da estrada de ferro.

Sr. Presidente, faço um apelo principal aos Srs. Deputados no sentido de que aprovelem no organismo em estudos a verba destinada à estrada de ferro Passa Fundo-Musum General Luz, a fim de que ela receba o numerário de que necessita e com que já devia ter contado há muito tempo, para honra da engenharia nacional e a salvação da economia gaúcha, que abastece o centro do Brasil até hoje. (Muito bem).

Discurso do Sr. Arno Amst. o Sr. Nestor Jost, 2.º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Armando Rollemberg, 3.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Derville Allegretti.

O SR. DERVILLE ALLEGRETTI:

(Lê a seguinte comunicação) — Senhor Presidente: Logo após as eleições de 3 de outubro, fizeram-se sentir em todos os cantos do País os mais energéticos protestos, não só de candidatos que não lograram êxito, como também dos que conseguiram eger-se, contra a influência do poder econômico no resultado do pleito. Observadores imparciais, comentaristas da imprensa laçada e escuta, membros de Tribunais Eleitorais, pessoas esclarecidas que acompanham, com critério, o desenvolvimento da nossa estrutura política, com veemência, criticaram a prática que vem sendo adotada e que tem como ponto alto a corrupção de consciência, o leito de sufragios e por preço alto, chegando mesmo em alguns setores alcançar quantia superior a mil cruzeiros por voto. Todos reclamam modificação do sistema vigente.

Ruy Bloem, um dos mais conceituados jornalistas de São Paulo, capitaneia a oportuna campanha de que há muito vêm sustentando as "folhas" do meu Estado, no sentido de moralizar o processo eleitoral.

Esta colenda Câmara não ficou alheia. Estupefata ante o melancólico episódio de 3 de outubro a que assistia sem nada poder fazer, convenceu-se de que se impunha por termo a corrupção que o poder do dinheiro possibilita nessas ocasiões. E, antes que desaparecesse a péssima impressão que o espetáculo eleitoral apresentou à maioria esmagadora de seus membros, aprovou, em tempo-record, o projeto de lei que institui a cédula única também para os mandatos legislativos. A adoção da cédula única se não extinguiu totalmente a desmoralização do voto, reduzirá a influência do dinheiro em proporções mínimas. A opinião é unânime. Aliás, o exemplo do benefício que causou o novo sistema com

relação a cargos majoritários é bem significativo.

Todavia, Senhor Presidente, o Senado, teima em não apreciar a matéria de substancial importância para a própria manutenção do nosso regime político. A inovação fará renascer a confiança do povo para com seus representantes nos parlamentos, que estão, desgraciadamente, em vias de completa desmoralização.

Há meses que o projeto se encontra na Câmara Alta. Solicitações para seu pronunciamento têm sido reiteradas, partidas também desta Casa. A esses apelos formulo também o meu na esperança de o Senado acatá-los.

Impõe-se decisão com urgência. E que estamos em caminho de eleições municipais que se realizarão no próximo 3 de outubro em muitos municípios brasileiros. A ocasião é propícia para adotar a cédula única aos candidatos às vereanças.

Se os eminentes Senadores recelam confusão na instituição da cédula única para os cargos legislativos, a experiência que poderá ser feita com relação aos candidatos às Câmaras Municipais, pela sua multiplicidade e pelo número dos disputantes, valerá para atestar se deve ou não ser mantido o novo sistema nos prazos posteriores. (Muito bem).

O SR. REZENDE MONTEIRO:

(Lê a seguinte comunicação) — Sr. Presidente, pedimos a palavra para encaminhar à Mesa a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº , DE 1959

Requeiro à douta Mesa da Câmara Federal seja solicitado ao Exmº Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, se digne prestar a esta Casa, as seguintes informações:

1 — Se os advogados, Dr. João de Azevedo Bastos, Dr.ª Carlota Moura Sojka e Dr. Reneaux Muanes, no exercício de suas atividades profissionais, foram presos por ordem do Sr. Presidente da COFAP, Cel. Frederico Mindelo;

2 — Se a prisão acima mencionada se refere à parte do cerceamento de defesa a que estão sendo vitimados os funcionários daquela entidade, a fim de que não pleiteiem as justas reivindicações de seus direitos, no tocante ao último abono de 30% a que fazem jus;

3 — Em quais dispositivos legais, o Coronel Frederico Mindelo, Presidente da COFAP, se fundamenta para praticar as arbitrariedades mencionadas nos itens acima;

4 — Se o Presidente da COFAP, Cel. Frederico Mindelo, já foi ouvido por S. Exaº o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em razão de tão lamentável gesto.

Sala das Sessões, 9 de julho de 1959. — Rezende Monteiro.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu li, há pouco, entrevista que o ilustre Deputado Mario Martins concedeu, na qual manifesta suas impressões pessoais sobre Brasília, onde esteve integrando uma caravana de Deputados. Focaliza aquele eminente colega o comércio já existente na nascente cidade que em breve será a sede político-administrativa do país, e conclui pela existência na chamada Cidade Livre ou Núcleo Bandeirante de cerca de 400 casas comerciais, onde se pode adquirir desde a mercadoria mais simples até geladeiras e aparelhos de alta fidelidade. Com esse depoimento, insuspeito por partir de um destacado líder oposicionista, conhecido pelas suas argumentações, respeitáveis como tais, mas no fundo improcedentes, contraria a transferência da Capital na data fixada em lei, reforça-se então no consenso público a crença da imperiosa necessidade da imediata ins-

talação, ali, de uma agência do Instituto dos Comerciantes. Já há muito, por indicação ao que sei de autoridades responsáveis, foram nomeados o Agente e funcionários subalternos da Agência, criada há mais de ano e que tomou, oficialmente, a designação de Agência Especial de Brasília, ficando, todavia, os nomeados à disposição da Delegacia do Instituto em Minas Gerais. Outrossim, construída está, isto para quase dois anos transcorridos, a casa de madeira, porém confortabilíssima, onde funcionará esse órgão, na quadra de propriedade do Instituto, inclusive sete casas residenciais com a finalidade de serem habitadas pelos funcionários, ocupadas, todavia, pelo pessoal que constrói para a autarquia, numa solução de emergência. Portanto, enquanto o comércio mais próspero da região deixa de contribuir inócuamente para a instituição previdenciária a que, por lei, é vinculado, a falta tão somente de um órgão arrecadador, vem o hospital do Instituto dos Industriários cobrando elevadas somas à Delegacia do IAPC na capital do meu Estado, por assistência a segurados lajeiros, tendo apresentado várias contas, a maior delas em novembro do ano passado, no valor de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). Numerosos empregadores têm que se deslocar mensalmente a Goiânia, e são poucos entre centenas, traduzindo-se isto, porém, em perda de tempo — sem dúvida precioso numa cidade de atividade febril — e de dinheiro com as despesas de viagem, a fim de procederem ao recolhimento de suas contribuições, enquanto 90% deixam de recolhê-las. Quanto aos pedidos de benefícios, são eles embaracosamente dirigidos à citada Delegacia, o que não ocorre com os segurados do IAPI, que há muito dispõem de uma Agência local — funcionando regularmente há cerca de um ano e meio. Digno, pois, desta tribuna, um sincero e veemente apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Exa. tão patrioticamente apaixonado por todos os problemas ligados à interiorização da Capital da República, lance suas vistas para o assunto e, imediatamente, determine o funcionamento da Agência Especial do IAPC, em Brasília. Com a inauguração a 20 de junho de dois edifícios daquele Instituto, na futura Capital em consequência, estará solucionada a questão das residências para os funcionários do novo órgão e que, a rigor, jamais existiu. Estou, na verdade, prestando aqui um leal e caloroso serviço ao Chefe do Governo, através deste apelo, visto que S. Exa. obviamente, não tem o dom da ubiquidade e talvez desconheça em seus detalhes, o que acaba de expor: um órgão criado e os respectivos funcionários nomeados há muitos meses, falando apenas "funcionar", na dependência exclusiva de uma ordem suprema. Tudo indica que esta virá incontinentemente e que, estou bem certo disto, traduzirá a vontade mesma do Presidente Juscelino Kubitschek. (Muito bem).

(SR. PRESIDENTE:

Passa-se ao grande expediente da sessão de hoje que será dedicado a comemoração da revolução constitucionalista de 1932.

Tem a palavra o Sr. Herbert Levy.

V

O SR. HERBERT LEVY:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, para uma Nação como esta, que procura ansiosamente os caminhos verdadeiros que lhe permitam a realização dos seus destinos, a Revolução Constitucionalista, de 9 de julho de 1932, há de ser um farol aberto a iluminar os caminhos, a inspirar os espíritos, a indicar o comportamento aos homens

que participam da vida pública nacional.

No dia de hoje, São Paulo está comemorando o 27.º aniversário de uma epopéia que poderia figurar, com honra, nos fatos históricos das maiores nações do globo.

A medida que se vai assentando a poeira dos tempos, emergem, com crescente nitidez, os contornos da Revolução Constitucionalista, que assinala efetivamente, um dos movimentos da mais pura inspiração idealista e democrática de nossa História política.

O povo de São Paulo, através de todas as suas classes, e as Forças Armadas, que se localizavam nessa unidade da Federação, fundiram-se num todo, ao calor dos ideais que inspiraram a eclosão do movimento da luta que se seguiu, envolvendo a todos e a tudo. Sob o entusiasmo contagiante dessa fusão de espíritos, ocorreram episódios os mais significativos e que procuramos rememorar em breves traços. Foram os rapazes e — por que não dizer? — os meninos que fugiam de casa para se juntar às fileiras dos combatentes: era a campanha do ouro, do ouro para o bem de São Paulo, o que vale dizer, do ouro para o bem do Brasil, que constituiu um dos exemplos mais significativos e mais belos do despreendimento de toda uma população, campanha que se iniciou quando a ditadura incumbida de escrever a máquina o comunicado do lançamento da campanha, para ser divulgado na imprensa, ela própria se desfez de seu bracelete de ouro. Depois, esse exemplo se multiplicou: eram os casais a substituírem suas alianças de ouro pelas alianças de ferro da campanha constitucionalista; eram os apelos a ofertas de materiais de toda ordem, destinados aos combatentes, feitos à população, apelos atendidos de imediato; quando se solicitavam binóculos para os oficiais voluntários e regulares que se encontravam na frente de batalha horas depois as estantes de rádio e outros bantos arrecadadores recebiam centenas e centenas de binóculos doados; quando se apelava para o abastecimento das tropas, centenas, senão milhares de refeições eram oferecidas pelos pecuaristas e criadores.

De todos os lados, era a mesma fumaça e o mesmo característico de idealismo irradiante, de idealismo que tomava conta das manifestações nos mais variados setores. Sr. Presidente, era aquele mesmo espírito revelado na Inglaterra em 1940 através de todas as classes do povo, sentia-se a união na defesa da liberdade e da dignidade humana, de qualquer coisa de superior pela qual vale a pena arriscar tudo, inclusive a própria vida.

Esse foi o sentido da revolução de 1932. Esse era o espírito da revolução de 1932.

O Sr. Derville Allegretti — Interpreta. Exa. com a mais absoluta precisão o espírito de civismo que inspirou São Paulo da memorável epopéia de 1932. Durante seu curso e principalmente após os mais inteligentes adversários vieram a reconhecer o alto sentido patriótico por que São Paulo tomara e criara armas. A data de 9 de julho representa hoje e representará sempre um marco ao longo do caminho da História, para que, como as gerações presentes, as gerações futuras se curvem ante esse marco, a fim de prestar a mais comovida homenagem aos heróis que tombaram e reverenciar ao mesmo tempo seus antepassados, que deram a tranquilidade, que ofereceram a fortuna e a vida para um país melhor, para a grandeza da Pátria comum, dentro dos princípios que ditam hoje nossa estrutura política e que, merced de Deus, estão consagrados na Constituição.

O SR. HERBERT LEVY — Muito agradecido a V. Exa.

Srs. Deputados, não é ainda o momento de se fazer apreciação dos fatos políticos que cercam a revolução de 1932, desde o sacrifício do Partido Democrático de São Paulo, o verdadeiro *factotum* da revolução de 1930, porque foi aquele que, dentro do reduto da situação vigente antes de 1930, desfraldou a bandeira dos ideais da Aliança Liberal. Não é este o momento de apreciarmos, em toda a sua extensão, o que significou o repúdio ao Partido Democrático, a esta agremiação de homens que, enfrentando a situação de São Paulo, deu tudo de si pela vitória da revolução de 30; não é meu desejo fixar-me agora na preparação admirável do Partido Democrático, aliado ao Partido Libertador, através das caravanas que percorreram os quatro cantos do território pátrio, levando a palavra da emancipação democrática do País. Não é o momento de darmos a esses homens de São Paulo aquele crédito que eles merecem, indiscutivelmente, como conquistadores dos princípios básicos sem os quais uma democracia não pode funcionar a representação proporcional, o voto secreto, a justiça eleitoral — esses três ingredientes essenciais para que a democracia seja digna desse nome.

A Revolução de 30 se fez com o apoio idealista e entusiástico dos democráticos de São Paulo, que não hesitaram em voltar-se contra os homens da política de São Paulo que controlavam o Estado e ainda assim dominavam no plano político nacional.

Os sentimentos regionais não existiam nessa legião de homens voltados para objetivos impositivos e superiores aos mesmos que inspiravam líderes da política consciente de todas as unidades da Federação e da capital da República.

A página de 32 é, acima de tudo e por isso mesmo, uma página de brasilidade, porque São Paulo e suas forças, quando perceberam que os ventos que haviam soprado na direção dos ideais da Aliança Liberal, em 1930, mudavam de rumo, entenderam que deveriam levantar-se, que deveriam opor-se ao que constituía um desvio completo dos objetivos que haviam unido os verdadeiros idealistas e democratas da Nação brasileira. O movimento de 32 foi a reação contra os desvios de 30, foi um grito de protesto uníssono, não apenas do povo de São Paulo, porque seu brado de reação repercutiu e rebou em todos os rincões desta vasta Nação, que representa um milagre de unidade linguística, geográfica e espiritual num território tão grande quanto o de um continente.

O Sr. Mário Bem — O Partido Social Progressista, por todos os membros de sua bancada, sentiu-se honrado em subscrever o requerimento de V. Ex.^a pelo qual o Grande Expediente seria dedicado, hoje, à Revolução Constitucionalista de 9 de julho. V. Ex.^a põe em termos bem exatos aquele movimento e tenho certeza de que, no desenvolver de seu discurso, cada vez mais nos lisonjaremos com o nosso representante na tribuna da Câmara, interpretando ao Brasil os verdadeiros sentimentos do movimento de 9 de julho. Nesse movimento, como o nobre colega frisou, não havia apenas as correntes que perficaram na grande campanha da Aliança Liberal em 1930. Mesmo os homens que faziam parte do governo deposto, do regime que então deixou de existir, mesmo estes, do antigo Partido Republicano Paulista e de outras correntes, finalmente estiveram à frente do movimento de 9 de julho, que não se caracterizou pelos antecedentes históricos, mas se formou, acima de tudo, pelo ambiente em que vivíamos no País.

O SR. HERBERT LEVY — Muito grato a V. Ex.^a Já ia, no desdobramento desta minha oração, assinalar precisamente isto. Em São Paulo, os

responsáveis pelo êxito militar e político da revolução de 1930, foram, todavia, as vítimas dos desvios idealistas desse movimento e, como consequência, assistimos ao afastamento dos postos de direção dos homens eminentes que integravam essa grei partidária. Assistimos, por outro lado, ao espetáculo, sem dúvida memorável, de um partido que vinha anos e anos na Oposição, lutando pelas suas ideias, e que serviu integrado nos postos de governo a contragosto, sob a égide de um interventor militar, estranho à política e à consciência paulista. Esse partido, que se instalou no Governo, ao fim de 40 dias — e todos se recordam do célebre governo de 40 dias — quando, cioso da autonomia de seu Estado, verificou a impossibilidade do convívio com a vigência de um interventor estranho a esses propósitos essenciais, abandonou o Governo e, a uma sua palavra de ordem, todos os trezentos e muitos Prefeitos nomeados nos Municípios do interior, sem uma única defeção, abandonaram essas Prefeituras em solidariedade ao seu partido.

Depois do desengano dos democráticos, tivemos a sequência da ação que havia de submeter São Paulo e de mantê-lo sob direções espúrias e estranhas. O Governo civil e paulista formula de reivindicação cara à opinião pública de Piratininga ora constantemente adiada. As duas tentativas, a de Plínio Barreto e a de Laudo de Camargo, de chefiarem um governo civil e paulista impulsos incontroláveis dos que aparecem na crista das revoluções, foram derrubadas ou tornadas inviáveis por arreganhos de prepotência, e São Paulo havia de continuar por um período indefinido sob o tácio de interventores militares estranhos ao seu meio e indiferentes à reação da cultura paulista. Em consequência, surgiu o movimento irrefreável de 23 de maio, levou o povo às ruas, contra a situação humilhante e contra a proscrição dos ideais da Aliança Liberal, razão de ser da revolução de 30.

Em 23 de maio, a morte de quatro estudantes em São Paulo, populares, repelidos pela força, assinalou em armas manifestações o levante virtual dos paulistas. Um governo civil e paulista foi escolhido e empossado em desafio à ditadura, governo chefiado por um homem tranquilo, de tradicional família, que era Pedro de Toledo.

O 23 de maio foi a emancipação de São Paulo, foi a escolha pelo povo de seus dirigentes. Desde o momento em que passou a ter um governo autônomo, também se iniciaram as manobras que vieram destruir esse governo e submeter de novo o Estado líder da Federação a domínio discricionário da ditadura.

Já o 23 de maio assinalara a união sagrada de São Paulo entre os autores da revolução de 30, os idealistas que lutavam por uma democracia efetiva no Brasil e aqueles homens dos partidos tradicionais que haviam sido depostos por essa revolução.

A 9 de julho de 1932, já então era indissociável a disposição do governo central de eliminar a administração autônoma que o povo escolhera, ficando as manobras militares, a remessa de emissários, com missão cada vez mais suspeitas e cada vez mais evidentes, convenceram o Governo de São Paulo de que outra alternativa não existia senão erguer-se em armas, apelando para a consciência da Nação e para a solidariedade dos espíritos democráticos, em todas as unidades da Federação.

Repetição do orçamento vigente. O Sr. Carvalho Sobrinho — Nobre Deputado Herbert Levy, V. Ex.^a a esta altura de seu discurso, colocou o problema das revoluções paulistas, do ponto de vista sociológico, no seu devido lugar. A década de 20 a 30, que constituiu a preparação, a urdidura revolucionária, que teve à frente o

Partido Democrático, para jogar por terra uma dinastia tradicional do Partido Republicano Paulista, fez com que mais tarde, em 1932, os dois sentidos, prudente e permanentemente paulistas, daquelas duas facções se harmonizassem num movimento de libertação que fez com que não apenas se unissem os homens de ontem, mas também se abrissem novos horizontes, como este em que estão vivendo e em cujo cenário vão-se apagando aqueles vultos tradicionais da vida paulista, os varões austeros de São Paulo.

O Sr. Silva Prado — Nobre Deputado Herbert Levy, V. Ex.^a Voto reconhecer com rara precisão os acontecimentos que antecederam a revolução de 32. Homem afastado da política, aquele tempo ainda moço, fui um dos estudantes, como V. Ex.^a, do 22 e 23 de maio. O que nos irritava naquela ocasião era precisamente o fato de que São Paulo, de onde havia partido a campanha da luta nacionalista em prol do voto secreto, daquela mesma Faculdade de Direito de onde surgiram todas as campanhas que possibilitaram a nossa vida democrática, nesse dia nos sentimos irritados por ver que São Paulo, que, depois de toda aquela campanha, tinha recebido de braços abertos os homens da revolução de 30, que traziam o sentido de integração do Brasil nas novas fórmulas políticas de homens civilizados, era tratado como Estado ocupado. E sentíamos que todo o Brasil estava arriscado ao mesmo destino. Esse o grande sentido da revolução de 32, do movimento constitucionalista de 32, que não se destinou a liberar São Paulo, mas toda a Nação brasileira. Hoje, o Brasil vive a sua independência graças ao sangue derramado pelos homens de São Paulo, pelos homens de todos os quadrantes da Pátria que habitavam território paulista. Eles se ofereceram em holocausto à liberdade de que hoje goza a Nação brasileira.

O SR. HERBERT LEVY — Muito grato ao aparte de V. Ex.^a.

Não é o momento de examinar os aspectos militares da Revolução. Ela poderia ter sido vencedora, no primeiro momento talvez, se as tropas não detivessem a sua marcha, pela orientação dos dirigentes militares, para transformá-la numa guerra de posições. Não é o momento de apreciarmos muitos outros aspectos a fim de não se ferirem situações pessoais e não se levantarem temas controversos.

Neste momento, acima de tudo, o espírito de 32 precisa ser invocado. O espírito de uma nação unida e respeitada, sob a égide da lei e da liberdade. Não existem reivindicações regionais, porque elas todas constituem, na verdade, problemas nacionais e como tal devem ser encaradas. Não existe senão o propósito — e este nos reúne — em todos os partidos, em todos os representantes da Câmara dos Deputados, por excelência o instrumento de execução democrática, de interpretar os anseios e de encavar o espírito, a significação da Revolução de 32. É preciso dar sentido à nossa democracia, acabar com a subdivisão partidária que não tem assento nas ideologias. É preciso dar aos partidos coerência ideológica, reduzi-los a correntes que traduzam pensamentos sociológicos e políticos. O sentido da Revolução de 32 foi instalar uma democracia a serviço de todo o povo. Por isso, todas as classes se uniram na luta, nas trincheiras como na retaguarda, por uma democracia que, defendendo a liberdade, assegurasse também a justiça social, o quinhão justo para cada membro da comunidade.

Este, o espírito de 32, que está predominando em nossos dias e que deve congrega todos os homens de pensamento da Nação brasileira: uma democracia efetiva, uma democracia em que os partidos sejam a expressão das correntes ideológicas em que se divide a comunidade, não de entidades que se unam sob a égide de interesses pessoais e políticos, sim de partidos que tenham como principal preocupação assegurar o bem-estar de maior número, combater os extremos da fortu-

na, aproximar as classes sob os princípios da liberdade e da justiça, esta compreendida no seu sentido do mais amplo, justiça assegurada pelo império da lei e pela vigência do espírito cristão de fraternidade humana, representado pela justiça social, que elimine os extremos e assegure a cada qual o mínimo indispensável para a vida digna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que comemoramos o 27º aniversário da epopéia que, repetido, não é paulista, porque constitui uma admirável página de brasilidade, sirva-nos o exemplo de 32 de guia, de farol, nesta luta que não cessa nunca, nessa vigilância que não pode nunca ser interrompida, de progresso social, de progresso democrático, de progresso material e, notadamente, de progresso moral para uma nação que vai encontrando — a duras penas, mas afinal vai encontrando — os seus verdadeiros destinos.

Seja o exemplo de 32, nesta altura, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso guia infalível, e ataquemos os destinos admiráveis que estão reservados a Nação brasileira. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Sr. Herbert Levy, o Sr. Armando Rollemberg, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieli Mazzilli, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta Casa realiza um ato de rigorosa justiça rendendo hoje sua homenagem a uma revolução cujo sentido foi restabelecer o Parlamento em nossa terra. A luta pela autenticidade democrática e a democracia têm como suas cidadelas fundamentais o Congresso e a imprensa livre. Foi este o primeiro dos sentidos dessa revolução constitucionalista. Mas, antes de considerar os aspectos históricos dessa luta heróica, que aqui acabam de ser examinados de forma viva pelo Deputado Herbert Levy, procuraremos tirar da história de passado recente lições para os dias atuais. Na revolução de 32, podemos encontrar exemplos sobre os quais todo o Brasil deve refletir e meditar: foi luta pela democracia, luta pela defesa da autonomia do Estado e independência dos órgãos locais, e luta pelo sentido heróico e generoso de uma ação política voltada, não para o interesse pessoal, para a clientela ou para o usufruto, mas uma luta cívica, colocada no plano da generosidade, em prol da democracia, pelo restabelecimento do Congresso, realizando tarefa de consequências nacionais e, mesmo, continentais e universais.

A paz, grande aspiração, anseio máximo de todos os povos da terra, poderia ser mantida — já advertia no fim da última guerra o Papa Pio XII, em sua famosa alocução sobre a democracia — se os povos tivessem oportunidade de ser consultados, se os representantes do povo, através dos parlamentos, decidissem a respeito da guerra. Mas as guerras são deflagradas sempre pelas ditaduras. Lutar, pois, pela democracia, lutar pela representação popular, é lutar pela preservação da paz.

Foi esse um dos sentidos da Revolução de 32. Havia, porém, um outro, que precisamos reter, pela sua oportunidade. Um aspecto que acaba de ser assinalado pelo orador que me precedeu na tribuna diz respeito à luta de São Paulo contra a opressão, que suportava havia dois anos: governo de interventores e de prefeitos, todos nomeados sem respeito algum pela autonomia do Estado ou das comunas. Esse sentimento, inato à